



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

AF
Aida

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CASTÊLO DA MAIA DO ANO DE 2019 -----

Aos 27 dias de junho do ano de 2019, pelas 21:30 horas, reuniu no **Auditório da Junta de Freguesia situado na Rua S. Salvador de Gondim** a Assembleia de Freguesia de Castelo da Maia na sua segunda sessão ordinária referente ao ano de 2019, conforme edital de 20 de junho. Foram registadas as presenças e dado a conhecer o pedido de substituição da deputada Filipa Rafael, primeira secretária da mesa, foi substituída pelo senhor deputado João Loureiro que assumiu as funções de primeiro secretário, foi registado o pedido de substituição da senhora deputada Maria Elisabete Areosa, substituída pela senhora deputada Aida Soares que assumiu as funções de segunda secretária, a senhora deputada Alexandrina Santos foi substituída pelo senhor deputado João Rocha, a senhora deputada Júlia Rocha foi substituída pelo senhor deputado Joaquim Santos Cardoso, o senhor deputado Joaquim Carvalho foi substituído pela senhora deputada Idalina Maria Silva e o senhor deputado António Peixoto foi substituído pela senhora deputada Vera Ferreira.

Todos os deputados presentes assinaram a respetiva lista de presenças.

No ponto 1: Período antes da ordem do dia

No ponto 1.1 foi apreciada e votada a ata da Sessão da Assembleia de Freguesia de 30.04.2019. A ata foi aprovada por unanimidade.

No ponto 1.2-Período reservado para intervenção do público- inscreveram-se os senhores Pedro Salbani, Carlos Assunção, Rute Moreira, António Duarte e José Manuel Maia.

O senhor Pedro Salbani, em nome do "Movimento Por Gemunde", indicou que este está a realizar uma recolha de assinaturas, porta-a-porta, para uma possível

MF
Fidelis



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

desagregação da antiga freguesia de gemunde da Freguesia de Castêlo da Maia, levando de momento 1800 assinaturas de eleitores residentes no lugar de Gemunde. Explicou que existe um vazio legal de momento, mas a população demonstra interesse que a desagregação seja feita.

O senhor Carlos Assunção apresentou, dada a proximidade das eleições legislativas, a “Urgência na tomada de decisão de construção do troço em falta - Via Diagonal e Ribeirão - da variante à EN14”. Referiu a necessidade reivindicada pelas populações e apontou a dificuldade que a falta desta infraestrutura, com grande tráfego, cria às mesmas. Apontou a falta de segurança das vias que circundantes, na freguesia de Castêlo da Maia, face ao elevado tráfego. Concluiu que o pequeno troço em construção não irá resolver os problemas atualmente existentes. Salientou a moção apresentada na Assembleia Municipal da Maia, referente a este tema, aprovada por unanimidade, assim como propostas apresentadas pelos grupos parlamentares dos principais partidos na Assembleia da República, tomando esta como uma necessidade consensual. O senhor Carlos Assunção leu seguidamente várias citações que comprovam as conclusões por si anteriormente referidas. Face ao exposto, solicitou aos deputados da assembleia e aos membros do executivo para que, junto das suas estruturas partidárias, sensibilizem os candidatos às eleições legislativas. Pediu que estes se empenhem em resolver as aspirações dos Castelenses.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que respondeu. Quanto à intervenção do senhor Pedro Salbani comentou que a lei ainda não está definida e não se conhece se legislação pressupõe a criação de novas freguesias. Afirmou não ter muito mais a acrescentar e que há várias interpretações e que as freguesias agregadas por acordo não deveriam ser abrangidas. No tocante à intervenção do senhor Carlos Assunção, o senhor presidente da junta concordou que se trata de um tema unânime. Pese embora não estar por dentro dos pormenores técnicos, tem conhecimento de dificuldades técnicas encontradas no terreno.



Handwritten initials and signature: "KW" and "André" with a flourish.

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÉLO da MAIA

Sublinhou que se trata de uma necessidade imperiosa e que tentará melhorar e acelerar o desenvolvimento da infraestrutura.

A senhora Rute Moreira abordou o corte da Rua de Avioso, fruto da construção da nova variante. Afirmou ter um filho que vai à escola, que dista 500 ou 700 metros atualmente. Perguntou o que vai acontecer futuramente, tanto a si como à população do lugar de Vila Verde que está esquecida, após a obra concluída. Afirmou que tanto a ligação à escola como ao centro de saúde são muito importantes. Afirmou que se encontra vedado o acesso à Rua de Avioso e à Rua Agradas e questiona como se poderão deslocar, pelo menos a pé.

O senhor António Duarte começou por contar que nasceu, cresceu e mora em Calquim. De momento a Rua de Serafim Cruz e a Rua de Avioso fica cortada, isolando o local da parte central do Castelo da Maia. Afirmar ainda que o que anteriormente conseguia fazer a pé, terá de passar a fazer de carro. Questionou se a junta pode ou não velar pela localidade. A Rua Central de Calquim será a alternativa à Rua de Avioso e será impossível entrar ou sair das casas porque nem os carros se conseguem cruzar. Tenho conhecimento que para não haver um corte da Rua Fonte Cova será feita uma passagem superior, mas com todo o respeito por quem lá mora, não faz sentido nenhum existir lá e não no centro de Calquim. Todas as entidades que têm competência continuam com a estrada não olham para estas situações. Gostaria que a junta explicasse o que está a ser feito. De seguida, informou que a Rua Central de Calquim está em todos os sistemas de pesquisa de mapa como Rua Central de Vila Verde. Assegurou que tal causa grandes transtornos, há já dois ou três anos.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que respondeu. Começou por dizer que pouco pode esclarecer. Efetivamente a junta de freguesia só pode ser o eco da população pois não é informada de nada e até mesmo a própria Câmara tem dificuldade em lidar com situações de acessos e passagens. Há muitas

Handwritten initials and a signature in the top left corner.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

dificuldades devido às alterações ao projeto inicial e nem a Câmara tem poder para alterar as situações.

O senhor José Manuel Maia apontou que foi renovar o seu bilhete de identidade e levantou a questão de como se denomina a Rua São Salvador de Gondim. Se seria esta a denominação correta ou se seria Rua São Salvador. Nos CTT surge Rua São Salvador, mas na Câmara municipal a indicação é de que é Rua São Salvador de Gondim. Informou ainda que o sistema de renovação do bilhete de identidade não aceitou a denominação e concluiu o processo com a morada incompleta.

No ponto 1.3-Outros assuntos- inscreveram-se os senhores deputados Armindo Moutinho, José Eduardo, Ana Paula, Fernando Ferreira e Augusto Jesus.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por felicitar a assembleia e o executivo por terem definido uma data para a assembleia que não coincide com as festas de São Pedro. Seguidamente dirigiu-se ao senhor presidente da junta para falar da situação dos passeios em frente à escola do Gestalinho, onde viu uma pessoa cair e quase partir a cabeça. Afirmou que a situação que lá ocorre só prova que a Câmara é forte apenas com os fracos. Pediu que o presidente da junta se preocupasse com o caso e que tivesse a preocupação de saber se a Câmara é ou não dona do espaço público. Afirmou que em Barca se encerrou uma passagem pública e que fica a ideia que a Câmara não manda na via pública. Questionou se a via pública vai continuar a pertencer a uma família, se a Câmara não tem coragem de enfrentar as situações ou ainda se é dado como definitivo que a via pública pode ser adquirida por pessoas, para as suas propriedades.

O senhor deputado José Eduardo começou por abordar a petição pública que está a decorrer no lugar de Gemunde, afirmando ter sido contactado e visitado por alguém que propôs assinar tal petição, nos termos de Gemunde voltar a ser freguesia. Julgando



AF
Aids

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

a mesma legítima, questionou a forma como a mesma terá sido apresentada, apontando que não responde à questão essencial da forma como Gemunde será freguesia - se através da desagregação apenas da antiga freguesia de Gemunde do Castêlo ou através da desagregação de todas as antigas freguesias que hoje constituem a freguesia de Castêlo da Maia. Indicou que a saída da antiga freguesia de Gemunde pode não fazer com que deixe de existir a freguesia de Castêlo da Maia, sugerindo que se encontre outra forma de discutir e pensar as freguesias e as suas competências.

A senhora deputada Ana Paula transmitiu na sua intervenção o sentimento das pessoas que habitam na Real Castêlo. Apontou o crescente número de assaltos, a inexistência de policiamento e, nas zonas onde ainda não existe construção, a quantidade de carros parados nesses baldios, onde depositam o produto de assaltos. Pediu maior policiamento para a área, onde há muitas crianças e famílias, face ao aumento do sentimento de insegurança.

O senhor deputado Fernando Ferreira abordou a perigosidade existente nos semáforos do cruzamento da Via Diagonal com a Rua da Igreja, onde viu, no início desse mês, uma criança e sua mãe quase serem atropeladas. Quanto ao Polidesportivo de Rua São Pedro de Avioso, deu nota das necessidades de manutenção do mesmo. Relativamente à variante à EN14 considerou-se não alinhado, sendo contra a mesma, apontando a desfiguração do território e questões ambientais e paisagísticas. Sublinhou que não defende uma estrada alternativa, mas sim uma ligação entre a EN14 e a A3, que segundo o próprio não foi feita devido a variadíssimos interesses. Recordou que em tempos foram feitas autoestradas onde não passa ninguém, com recurso a investimentos brutais, e que o mesmo acontece neste caso. Afirmou que sem uma rede de transportes públicos os problemas vão continuar a acontecer e que o planeamento não existe. Mais ainda, abordou a questão das trotinetes, apontando que as mesmas andam pela freguesia de forma completamente desregulada. Questionou se quem as utiliza tem carta de condução, se conhecem as regras de conduzir em

GA
Arde
X



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

estrada e se andam com luz à noite. Considerou que deve ser feito um alerta à Câmara Municipal para regular o assunto. Por fim, falando da agregação e desagregação das freguesias, congratulou-se por ver interesse no debate do assunto. Afirmou que de forma geral não se vai perder a designação das antigas freguesias. Não conhecendo os pressupostos do abaixo-assinado, afirmou conhecer a força da vontade popular de quem conheceu o antes e o agora. Declarou ainda que a vontade popular não pode ser ultrapassada e que os autarcas devem estar ao lado dos interesses das pessoas e das terras.

O senhor deputado Armindo Moutinho usou do direito de resposta. Referiu não aceitar que o senhor deputado José Eduardo tecesse considerações quanto às intervenções do público, referindo-se ao abaixo-assinado em Gemunde. Defendeu que há legitimidade no cidadão que apresentou a proposta.

O senhor deputado José Eduardo usou do direito de resposta. Lembrou que começou a sua primeira intervenção dizendo que a mesma já estaria pensada e que não se pronunciou quanto à intervenção do senhor Pedro Salbani. Sublinhou que apenas comunicou o seu próprio entendimento. Afirmou não poder aceitar que o senhor deputado Armindo Moutinho faça intervenções que limitem a sua opinião. Sublinhou, por fim, que deve haver reflexão sobre a situação em apreço e que partilhou a sua visão enquanto freguês.

A senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que prestou esclarecimentos. Quanto aos passeios junto à escola do Gestalinho, acrescentou que chegou a propor pavimentar o terreno em causa para tomar posse. Dando um exemplo similar, na via diagonal existia um passeio que nunca chegou a ser pavimentado, até que de um dia para o outro a camara mandou lá colocar guias de cimento para que os peões lá pudessem passar, porque tinha sido retirado o passeio.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Abstendo-se de comentar a intervenção do senhor deputado José Eduardo, abordada igualmente pelo senhor deputado Armindo Moutinho, considerou os factos bastante elucidativos.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana Paula, afirmou sofrer do mesmo mal, dando a saber que conhece o problema e que tem um estabelecimento próximo da esquadra. Indicou ainda que a Junta, no ano anterior, organizou uma noite de fados na Quinta da Gruta, e os carros dos participantes foram assaltados. A resposta obtida foi que a força policial não tinha meios para cobrir a ocorrência.

Em resposta ao senhor deputado Fernando Ferreira, indicou ter realizado uma petição quanto aos semáforos, afirmando, no entanto, que só deverá haver mudanças após a conclusão das obras da variante à EN14. Sobre o Polidesportivo de Rua de São Pedro de Avioso informou já ter dado conhecimento que o piso estava a levantar. Em relação às trotinetes informou que em conversa com o senhor presidente da Câmara soube que iria ser discutida regulamentação.

A senhora presidente prestou esclarecimentos. Sobre as trotinetes informou ter estado superficialmente envolvida no processo. Deu a conhecer que a única responsabilidade da Câmara foi ceder o território. Em reunião de Câmara foi aprovado que o território poderia ser cedido. Foi feita a opção de não criar imediatamente um regulamento e de não autorizar mais do que um operador. As forças policiais foram envolvidas no processo. Serão realizadas reuniões para melhorar a situação e será criado um regulamento. Salientou ainda que as trotinetes são para maiores de idade e não para crianças. Considerou ainda inevitável o aparecimento deste modo de transporte suave.

Neste ponto o senhor deputado Augusto Jesus propôs um voto de louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube, subscrito por unanimidade. Lembrou que os Castelenses se devem sentir orgulhosos com a conquista dos dois campeonatos - cadetes femininos e

Handwritten signatures and initials in the top left corner.



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

iniciados masculinos - o que é de enaltecer. Informou ainda que foi realizada uma homenagem pela Câmara Municipal.

No ponto 2: Período da ordem do dia

No Ponto 2.1- Informação do Sr. Presidente de Junta sobre a atividade da mesma e sobre a sua situação financeira;

Neste ponto foi dada a palavra ao senhor presidente da junta, tendo este prescindido. Inscreveram-se os senhores deputados Fernando Ferreira e Armindo Moutinho.

O senhor deputado Fernando Ferreira começou por dar os parabéns ao senhor presidente de junta por algumas das atividades, nomeadamente a aquisição de camas articuladas, mencionando ainda que as Conferências Vicentinas são um parceiro fundamental para a junta de freguesia. Referiu notar uma vontade de desagregar o trabalho realizado, separando entre iniciativa da junta e da câmara. Destacou o acompanhamento referido de vários dossiers.

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por referir que a sensibilidade social é o maior investimento que deve ser feito pelas freguesias. Pediu seguidamente esclarecimentos sobre o que é a requalificação urbanística junto à Igreja de Barca. Afirmou que, dado serem já seis anos de mandato, deixava o repto para que se realizasse a obra do mandato, tendo em conta a liquidez financeira de que a freguesia dispõe. Não sendo os cemitérios uma prioridade, questionou se o executivo vai deixar uma obra que marque a sua passagem pela freguesia, marcando ambição, ao executar a obra da Creche/Jardim de Infância em Barca. Sublinhou que o Município da Maia não investe nestas obras, deixando-as para a Santa Casa. Afirmou que havendo liquidez e espaço, a obra deve ser feita. Seria a



AF
Aida

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

maior satisfação de todas e iria desafogar muitas famílias que despendem valores bastante altos nesses serviços.

Esclareceu o senhor presidente da junta de freguesia. Começou por afirmar que já existe uma colaboração bastante estreita com as Vicentinas, confirmando que recebe várias solicitações desta instituição. Afirmou ter registados as palavras do senhor deputado Fernando Ferreira, confidenciado ser difícil desprender a realização e a iniciativa das obras, dado que a junta de freguesia não possui meios suficientes.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Armindo Moutinho, anunciou que está a decorrer uma candidatura, da qual ainda não se conhece decisão. Dado estar esgotada a capacidade, se os meios o obrigarem pode a junta ter de apertar o critério. Recordou ainda que estão em curso alguns estudos para projetos que podem levar a liquidez de que a junta dispõe atualmente. Quanto à Creche, opinou que não é vocação da junta de freguesia fazer a gestão de espaços como este, considerando, no entanto, que será difícil concretizar este projeto durante o mandato. Considerou ainda que seria um passo importante deixar bases lançadas para um próximo executivo realizar a obra.

O senhor deputado Fernando Ferreira pediu esclarecimentos. Questionou se o programa da coligação que ganhou as eleições abarcava a obra da creche.

Respondeu o senhor presidente da junta, informando que tal não estava inscrito no programa. Esclareceu ainda que poderia haver lugar a construção de habitação social em Barca, mas não julga que tal venha a acontecer num futuro próximo.

A senhora deputada Aida Soares prestou esclarecimentos, partilhando o saber enquanto técnica da Câmara Municipal da Maia. Informou que o 1.º Direito e o PORTA 65 são dois programas nacionais de apoio ao arrendamento. Quanto à

AN
Aik
/



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

construção que foi referida, a lei potencia a reconstrução em prol da nova construção. Há necessidade de projetos como o 1.º Direito e o aumento de idade no PORTA 65, havendo um limite superior atualmente para a idade dos beneficiários. Dirigindo-se ao senhor deputado Fernando Ferreira, partilhou que a título pessoal também recorreu aos apoios da junta de freguesia e foi bem atendida. Partilhou que enquanto esteve sete anos no Gabinete de Atendimento Integrado Local teve uma relação muito próxima com as Conferências Vicentinas. Hoje que está na habitação social continua com essa ligação. Há várias pessoas que acompanham os processos, tanto a nível das técnicas como ao nível de GAIL, que existe nas antigas juntas de freguesias do Castelo da Maia. Falta uma coisa muito importante, que é responsabilidade social. Temos de apelar às empresas e às pessoas a nível individual para que haja mais responsabilidade social, porque juntas de freguesia e conferências não conseguem trabalhar sozinhas. A grande obra do mandato tem de passar pela responsabilidade social. Reforçou a importância do trabalho das Conferências e que estas devem continuar a fazer um bom trabalho, mas tem de haver cada vez mais uma relação assertiva com as técnicas para que não se caia no erro de ajudar duas e três vezes a mesma família e ter a pobreza escondida, porque há pessoas que não querem que se saiba que são ajudadas. A nível do Castelo da Maia trabalha-se muito ao nível social.

No Ponto 2.2- Apreciação e votação da proposta para a não aceitação da transferência de competências do Município da Maia na Freguesia de Castelo da Maia para o ano de 2019, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais) e do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril (Decreto-Lei que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias);



AN
Aida

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÉLO da MAIA

O senhor deputado Fernando Ferreira interpelou a mesa. Questionou a possibilidade de discussão do ponto 2.2 e 2.3 de forma simultânea.

A senhora presidente aceitou a possibilidade de discussão simultânea dos pontos acima referidos.

De seguida, a senhora presidente deu a palavra ao senhor presidente da junta que se pronunciou conjuntamente sobre os pontos 2.2 e 2.3. Começou por afirmar que o que está escrito nos pontos tem bastantes implicações. No ano de 2019 é virtualmente impossível cumprir os prazos relativos à delegação de competências. Quer em 2019 e 2020, no tocante à Câmara da Maia, uma boa parte da transferência de competências já está vertida no acordo de execução e quantificadas quanto ao seu valor. Com a entrada em vigor desta lei os acordos de execução caducam. Enquanto não for decidida a aceitação ou não, o acordo pode ser prorrogado, mas não pode ser alterado. A Câmara da Maia pretendia melhor, em termos financeiros, os acordos de execução, mas tal não pode acontecer pois estes não podem ser alterados. Acontece que cada Freguesia tem de dizer se aceita ou não a transferência de competências, quais são, e entrar num processo de negociação com a câmara. Logo aí os prazos são impossíveis de cumprir. A câmara pretende estudar as possibilidades e a lei prevê até que a câmara pode ficar com todas as suas funções, provando que tal é benéfico para a população e para o município. Fizemos uma reunião e deliberamos que a câmara vai nomear uma entidade para estudar isto, até ao final do ano. O ano de 2020 também fica afetado. O executivo, na ordem de trabalhos, propõe não aceitar em 2019 e 2020, para em 2021 entrar em pleno o que for decidido.

Inscreveram-se os senhores deputados Armindo Moutinho, José Eduardo e Fernando Ferreira.

Handwritten notes:
A
A
A



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

O senhor deputado Armindo Moutinho começou por considerar inédito o facto de o executivo propor a não aceitação de algo que a assembleia não conhece. Todos sabemos que fazem tudo para o bem da freguesia, mas, esta assembleia não conhece as competências que querem atribuir à junta de freguesia. Questionou quais seriam as competências e o respetivo envelope financeiro. Considerou que informar seria uma atitude sensata. Ao tempo que está a ser debatido, houve seguramente um momento em que se pensou em levar o assunto à assembleia. Isto é quase um cheque em branco. Afirmou que gostaria de ser menos rigoroso na apreciação, mas esta é a ideia que tem. Estamos sempre disponíveis para aceitar as propostas da junta porque acreditamos que esta só olha pelo bem do Castêlo. Este vai ser o primeiro caso da minha vida em que vou votar favoravelmente sem conhecer o que estou a fazer.

O senhor deputado José Eduardo considerou ter ficado baralhado com a questão das competências. Estando elas na lei, o executivo propõe não as aceitar, ou porque foram transferidas via contrato com a câmara ou por não haver garantia do envelope financeira depois da transferência das mesmas. Afirmou que independentemente da proposta do executivo, desconfia da legislação produzida pelo governo ou pela assembleia, quando percebe que é feita por quem só conhece Lisboa. Assim fica perfeitamente à vontade para votar propostas como esta. Uma freguesia como a nossa não tem nada a ver com uma freguesia de Bragança e as competências não podem ser postas chapa 3, sem conhecer a parte financeira.

O senhor deputado Fernando Ferreira confidenciou ter dificuldade em tecer grandes comentários sobre este ponto. Afirmou não conseguir ler todas as competências que se querem transferir e não sabe se a junta pode ou não receber esta transferência de competências. Por princípio acha bem que a junta receba competências, desde que acompanhadas pelo devido envelope financeiro para as pôr em prática. Questionou de seguida quem será nomeado para a comissão de



AK
Asds

ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

acompanhamento e se haverá uma na freguesia para saber se esta tem condições para receber as competências. Afirmou não se sentir em condições para votar estes pontos de forma consciente. Declarou não poder votar favoravelmente por não ter tido tempo para estudar todas as competências que querem transferir e se temos condições para as receber. Vou-me abster.

Foi dada a palavra ao senhor presidente de junta, que prestou esclarecimentos. Começou por agradecer a confiança dada pelo senhor deputado Armindo Moutinho e aceitando e compreendendo as posições dos senhores deputados Armindo Moutinho e Fernando Ferreira. Afirmou que na reunião feita se constatou que os valores previstos para as competências estão muito aquém da realidade, o que vai implicar uma negociação. Considerou que a câmara tem de decidir o que considera estrutural. Apontou que a junta pode ser obrigada a aceitar transferências de pessoal. Sublinhou como grave que tenha saído uma lei em 30 de abril que define verbas aprovadas no orçamento de outubro do ano anterior. Reforçou ainda que o prazo limite de decisão para 2019 e 2020 é o mesmo, mostrando a impraticabilidade da lei e um problema de base. De seguida, informou que relativamente ao Castelo da Maia Ginásio Clube, o executivo pensou aprovar um louvor, mas considerou que seria mais prestigiante a bancada tomar a iniciativa, o que acabou por acontecer.

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 5 abstenções da coligação “Um Novo Começo”.

No Ponto 2.3. - Apreciação E votação da proposta para a não aceitação da transferência de competências do Município da Maia na Freguesia de Castelo da Maia para o ano de 2020, nos termos e para os efeitos da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais) e do Decreto-Lei n.º 57/2019 de 30 de abril (Decreto-



ASSEMBLEIA de FREGUESIA de CASTÊLO da MAIA

Lei que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias);

O documento foi colocado para aprovação. Foi aprovado por maioria com 5 abstenções da coligação “Um Novo Começo”.

Sendo 23:55 hora do dia 27 de junho de 2019, a sessão foi encerrada e foi lavrada e lida a ata em minuta, a qual foi aprovada por unanimidade. Posteriormente foi elaborada a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pela Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

A Mesa da Assembleia de Freguesia:

Presidente

Adelina Fernanda Magalhães Rodrigues

Primeiro Secretário

João Carlos Costa Loureiro

Segunda Secretária

Aida Soares